

Estudos pós-coloniais da ciência e tecnologia: desafios e possibilidades¹Prof. Dra. Letícia Cesarino²

Resumo: A apresentação abordará as possibilidades e desafios do campo interdisciplinar emergente que tem sido chamado, entre outros, de estudos pós-coloniais da ciência e tecnologia. Após fazer um apanhado das principais problematizações e deslocamentos que alguns pesquisadores trabalhando nessa interface pretendem realizar com relação a paradigmas clássicos nos *science and technology studies*, discutirei as dificuldades encontradas nas tentativas de inserção da temática pós-colonial na antropologia da tecno-ciência e áreas afins. Apontarei, nesse sentido, duas assimetrias persistentes, que a meu ver precisam ser melhor trabalhadas no aprofundamento desse diálogo interdisciplinar: uma assimetria teórica entre os dois lados da interface (ou seja, um desequilíbrio que tende a pender para um dos lados, STS ou estudos pós-coloniais), e uma assimetria entre teoria e campo (ou seja, entre a intenção política-provincializante da inflexão pós-colonial e o comprometimento teórico-universalizante dos STS, o que se reflete no grau diferenciado com que os pesquisadores têm incorporado as preocupações dos seus “nativos” na sua produção de conhecimento acadêmico).

Palavras-chave: estudos pós-coloniais da ciência

Descentrando a tecno-ciência – de novo?

“Descentrar” a tecno-ciência moderna tem sido um dos pontos fortes do campo interdisciplinar dos estudos sociais da ciência e tecnologia (aqui referido através da sigla STS, *science and technology studies*) desde a sua emergência por volta dos anos setenta. Não obstante as diferenças entre as diversas correntes nos STS, esses esforços têm, de modo geral, levado a uma problematização do mito da ciência com “C” maiúsculo (Latour 1987) – um feito que não se deu sem consequências, como demonstrado de modo contundente pelas “guerras das ciências” nos anos noventa. O princípio da simetria de David Bloor (1991) é uma poderosa metáfora de descentramento: como a ciência é menos um meio de acessar uma verdade transcendental do que um tipo de prática social, “erro” e “verdade” devem ser tratados da mesma forma pelo historiador e sociólogo da ciência. Muitos aceitaram esse convite para nivelar as relações das ciências com outras esferas sociais, mas foi Bruno Latour que, de modo mais influente, promoveu a simetria de prescrição metodológica a princípio epistemológico (Latour 1991) – no mesmo movimento, removendo o “social”

¹ Texto preparado para a V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (V ReACT), realizada em Porto Alegre em 20-22 de maio de 2015.

² Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

como um todo do seu construtivismo original.³ Embora não seja o único, o construtivismo (social) tem provavelmente sido o ramo mais popular nos STS, contribuindo de muitas formas para dar ao campo seu caráter distintivo. Alegações de que os fatos científicos são construídos, ou de que a ciência não é intrinsecamente superior a outras formas de conhecimento, são hoje parte do senso comum do campo, indicando que a ciência moderna tem de fato sido, gradual porém resolutamente, descentrada a partir de “dentro”.

Mais recentemente, outras correntes nos estudos da tecno-ciência têm avançado avenidas alternativas para descentrar a ciência moderna, desta feita a partir do seu “exterior”. Incluem-se aí engajamentos entre o tema da ciência e questões de gênero, raça, nação, diversidade cultural, assimetrias globais, e outras às quais o *mainstream* dos STS nem sempre tem dedicado devida atenção (ex., Harding 1986, Haraway 1989, Stepan 1991, Osborne 1999, Carney, 2001). Não terminei o parágrafo acima com Latour à toa: parte desses questionamentos têm sido direcionados diretamente ao seu trabalho, ou à teoria do ator-rede (ANT) de modo mais amplo. Neste ensaio, privilegiarei uma dessas entradas críticas: a literatura que tem sido agregada sob a rubrica dos “estudos pós-coloniais da ciência e tecnologia”.⁴

Essa perspectiva, relativamente incipiente porém promissora, tem abordado temas como modos de conhecimento e técnicas não-modernos, as ciências feitas nas periferias globais, e as conexões entre as ciências modernas e os empreendimentos imperiais (em suas várias formas históricas). Mas é possível vislumbrar questionamentos mais amplos, com implicações para uma compreensão renovada das ciências centrais e mesmo para a teoria no campo dos estudos sociais da tecno-ciência – que, via de regra, tem emergido com base em estudos empíricos (e em contextos acadêmicos) europeus e estadunidenses. Isto poderia implicar, inclusive, uma subversão da relação hierárquica comum onde a literatura “central” tipicamente fornece as teorias e métodos, enquanto os pesquisadores “periféricos” se contentam em escavar matéria-prima empírica.

Estou, é claro, ciente da potencial controvérsia implicada no uso da díade centro-periferia – ela também é foco de debate na literatura em questão. Acredito

³ Um tanto literalmente, como no subtítulo da segunda edição de *Vida de Laboratório* (Latour e Woolgar, 1986).

⁴ Outras duas possibilidades na mesma linha, que revisei em outra ocasião, seriam a literatura histórica sobre ciência e império/colonialismo (incluindo aí os colonialismos internos), e relações entre ciência e tecnologia e desenvolvimento (dependente) na América Latina e alhures.

contudo que, assim como outros binarismos como natureza-cultura ou humanos-não-humanos, também este possa ser produtivo quando utilizado de modo não-reificado e reflexivamente atento para os contextos e escalas da sua eficácia (ou ineficácia). Na literatura em STS, a relação centro-periferia tem normalmente aparecido num sentido ou geopolítico ou epistemológico, porém mais raramente nos dois ao mesmo tempo. Seguindo tradições mais amplas do pensamento social latino-americano, por exemplo, os estudos sociais sobre a tecno-ciência feitos no subcontinente muitas vezes pensam a perifericidade num sentido principalmente geopolítico ou geoeconômico, ou seja, em termos de assimetrias estruturais no sistema mundial (ex., Da Costa Marques, 2005). O *mainstream* dos STS, por sua vez, tem com frequência evocado o problema da perifericidade ou subalternidade para discutir questões epistemológicas relativas à objetividade e à política do conhecimento científico (ex., Haraway, 1988). O entrecruzamento entre os STS e a crítica pós-colonial sugere, por outro lado, que os dois sentidos sejam tratados conjuntamente.

Uma nova fronteira nos STSs: a tecno-ciência e a questão pós-colonial

Embora alguns dos nomes clássicos no campo dos *science and technologies studies* não tenham deixado de tangenciar temas relevantes para a problemática pós-colonial (por exemplo, Haraway ou o próprio Latour, como discutirei adiante), engajamentos explícitos nesse sentido ainda são relativamente infrequentes. Uma das autoras que mais tem se esforçado para mapear e consolidar este diálogo, Sandra Harding (2009), remeteu a emergência do que ela denominou PCSTS (*post-colonial science and technology studies*) ao início dos anos oitenta. Com efeito, os esforços mais sistemáticos para mapear e caracterizar o debate entre os STS e problemas abordados pelos estudos pós-coloniais têm se dado na última década, especialmente nos Estados Unidos (ex., Hess 1995; Anderson, 2002; McNeil, 2005; Harding, 2009: 130-54; Seth, 2009).

Segundo estas revisões da literatura, alguns dos principais temas e questões que têm emergido na interface entre os STS e os estudos pós-coloniais são: explorações do caráter “situado” (Haraway 1988) da tecno-ciência moderna; atenção à “fragmentação”, “hibridismos”, “zonas de contato” e “redes” na tecno-ciência contemporânea (Anderson 2002); descrição de “modernidades alternativas”, bem como de modos de conhecimento não-modernos (Harding 2009); e um esforço por “provincializar” (Chakrabarty 2000) a

tecnociência moderna através de estudos “concretos e detalhados das manifestações e efeitos do pós-colonialismo”, para que o novo campo não caia na armadilha discursiva típica de parte da crítica pós-colonial (McNeil, 2005: 106).

Como alguns desses próprios autores notam, no entanto, um problema grave com a literatura que eles pretendem mapear (e eu diria, com alguns destes próprios esforços de mapeamento) tem sido uma certa confusão com relação ao termo “pós-colonial”. Como reconheceu McNeil, “the orienting of STS through the postcolonial label is unstable and can indeed be confusing, even disorienting” (2005: 107). Anderson por exemplo parece empregar o termo dentro da mesma órbita semântica da noção de modernidades múltiplas (ex., Eisenstadt 2002, Appadurai 1996),⁵ enquanto Harding (1994, 2009) continua a evocá-lo praticamente como sinônimo de multiculturalismo, mesmo após as pertinentes críticas levantadas por Cohen (1994), Farquhar (1994) e outros.

Com efeito, há muitos problemas com esses entendimentos do “pós-colonial”. A aproximação do termo com o sentido de multicultural, por exemplo, pode levar a uma série de problemas já identificados com relação a este último – em especial, o da hegemonia não-aparente que subjaz certas formas normativas de respeito e tolerância à diversidade (ex., Povinelli 2002). Em particular, a inclusão, por princípio, de formas de conhecimento de “peoples *not* of European descent” (Harding 2009: 134) na categoria de “ciência” geralmente vem acompanhada de uma suposição que essa pluralidade de epistemologias possa de algum modo vir a compor um quadro mais completo e “objetivo” da realidade, ao operarem de modo complementar à ciência moderna – uma suposição que implica, como colocou Cohen (1994), um “mapping of difference onto an underlying hegemony” (:345). Num sentido similar, assim como no caso das modernidades múltiplas, a generosa extensão do rótulo “científico” para outros sistemas de conhecimento corre o risco de manter intacta a própria ideia da ciência moderna, além de obscurecer as relações de poder que permanecem ativas não obstante a democratização retórica do rótulo. Finalmente, entendimentos do pós-colonial nestes sentidos têm relevância limitada para a compreensão da produção de conhecimento em contextos que não estão nem no centro, nem no exterior da ciência moderna – como é o caso, por exemplo, da tecnociência desenvolvida em boa parte do chamado Sul global, que tem sido por vezes referida enquanto “periféricas”.

⁵ Cf. Cesarino (2012) para uma comparação entre as duas abordagens (modernidades múltiplas e pós-colonial) no caso da América Latina.

Mantendo como pano de fundo essas tensões, contradições e indefinições, no restante deste paper buscarei mapear em maior detalhe alguns pontos de engajamento entre estudos em STS e certas questões e temas evocados pela crítica pós-colonial, tomada num sentido que considero mais produtivo e fiel à literatura neste campo do que aqueles avançados por Anderson, Harding e outros. Apesar da existência de diálogos mais diretos de clássicos dos STS com a crítica pós-colonial,⁶ restringirei a presente discussão a pontos de contato com a teoria do ator-rede, mais especificamente em sua versão latourniana.

Pontos de des/engajamento: a teoria do ator-rede

Latour tem sido um interlocutor frequente (ainda que provavelmente relutante) de boa parte das alegações levantadas com e contra o *mainstream* dos STS a partir de perspectivas pós-coloniais ou similares (Redfield, 2002; Harding, 2009; Chambers e Gillespie, 2001; Da Costa Marques, 2002; Hayden 2003, 2005; Cukierman, 2009). Seu famoso princípio da simetria generalizada tem sido um alvo especialmente popular – e utilizado em argumentos tanto contra como a favor da compatibilidade da teoria do ator-rede com as críticas pós-coloniais da ciência. Mais comum talvez seja uma certa ambivalência, onde reconhece-se os avanços (meta)teóricos da teoria do ator-rede ao mesmo tempo em que se busca trabalhar contra, ou através, de suas evidentes limitações do que tange questões relativas à particularidade/densidade histórica e às relações de poder concebidas num sentido mais clássico.

No que segue, indicarei brevemente alguns desses (des)engajamentos, que têm se dado em torno de quatro palavras-chave latournianas: escala e simetria, divisores e representação.

Escala e simetria

A questão da escala da rede sócio-técnica é um ponto em que o próprio Latour toca tangencialmente o problema da periferalidade/subalternidade. Conforme o conhecido argumento avançado em *Vida de Laboratório*, *Ciência em Ação* e outros, do ponto de vista da prática, as alegações de universalidade da ciência moderna dependem

⁶ Por exemplo, a influência explícita do *Orientalismo* de Edward Said (2007) em *Primate Visions* (Haraway, 1989), *Imperial Eyes* (Pratt 2009) ou *Picturing Tropical Nature* (Stepan 2001).

menos de um acesso privilegiado e direto à natureza do que de uma capacidade única para estender suas redes sócio-técnicas numa escala sem precedentes na história humana. Em princípio, este poderia ser um ponto promissor através do qual explorar a tecno-ciência a partir de uma perspectiva do tipo sistemas-mundiais, ou de como o centro cria – cognitiva e materialmente – as periferias.

Um exemplo desta leitura (e dos problemas que podem vir à tona quando se busca casá-la com insights pós-coloniais) é a discussão de Chamber e Gillespie (2001) sobre direções de pesquisa contemporâneas na história da ciência colonial. Os autores propõem a transição de um paradigma baseado em noções de déficit e difusão (reminiscência de versões da teoria da modernização para explicar a apoteose global da ciência moderna; ex., Basalla 1967) para uma perspectiva centrada em noções de “simetria” e “diferença cultural”. Inspirados por Latour, eles convidam à substituição do modelo centro-periferia por outro, baseado em redes policêntricas de poder relativo desigual, onde as comparações entre as ciências locais se tornam “symmetrical and interactive across the great divides – center/periphery, local/global, national/colonial, and traditional/modern” (226-7), e os “centros” se tornam os centros de cálculo latournianos – que formariam, de modo um tanto modo vago, o “international science system” (231). Mas embora os autores não se esqueçam de clamar pela incorporação de “vozes subalternas”, eles o fazem a partir da perspectiva de um “new, more responsive, democratic, and self-questioning global discourse” – o que deixa em aberto a questão: em que termos esses conhecimentos subalternizados serão incorporados no “discurso global”? A simetria metodológica que embasa este movimento seria suficiente para garantir que essas vozes sejam ouvidas?

Outros autores têm se dirigido de modo mais direto ao princípio da simetria latourniano – que me parece ser fonte de boa parte das inquietações com relação à ANT demonstradas por estudiosos da ciência inspirados pela crítica pós-colonial. Enquanto o princípio da simetria supõe que “mesmo a rede mais longa permanece local em todos os pontos”, alguns têm argumentado que as “spatial and temporal frames within which ‘the local’ takes shape” (Redfield, 2002) fazem diferença. A topologia da rede sócio-técnica seria, portanto, menos plana e contínua do que irregular, acidentada e marcada por cortes e rupturas (Strathern 1996, Hayden 2003).

Comentando sobre esta mesma limitação, Anderson sugeriu que, na teoria do ator-rede,

[o]ften a sort of semiotic formalism seems to supervene on the analysis of [...] local sites: the ‘local’ can seem quite abstract, depleted of historical and social specificity. The structural features of the network become clear, but often it is hard to discern the relations and the politics engendered through it. A postcolonial study of science and technology might offer new, and more richly textured, answers to many of the questions posed in actor-network theory (2002: 649).

Um outro modo de evocar este dilema tem sido através da contraposição entre a ideia de simetria e a de provincialização de Dipesh Chakrabarty (2000). Em sua etnografia sobre a construção de uma base de lançamento de foguetes na Guiana Francesa, por exemplo, Peter Redfield buscou compatibilizar o princípio da simetria de Latour com a provincialização, ao propor que “every place is local, but not equally so; in considering points of context we must also factor in their historical mass and inertia, as well as potential isotopes of colonial rule” (2002: 813).

Há problemas tanto em Anderson quanto em Redfield que talvez espelhem tendências mais gerais dessas tentativas de diálogo. Para começar, provincializar não significa pura e simplesmente particularizar. Em um dos marcos da crítica pós-colonial contemporânea, Chakrabarty (2000) propôs uma abordagem para a história baseada na provincialização da Europa: ou seja, na desconstrução das alegações de universalidade da historiografia de bases europeias, com o concomitante reconhecimento do caráter “provincial”, ou situado, do desenvolvimento histórico europeu. Mas essa desconstrução implica um outro movimento, no sentido aferir as implicações desta provincialização a partir do ponto de vista da experiência pós-colonial, ou seja, daqueles povos cuja própria história passou a ser – discursiva e materialmente – mediada pela da Europa, como efeito dos diversos colonialismos, imperialismos, e suas versões posteriores, como o desenvolvimento e a própria difusão da ciência moderna. Em outras palavras, simplesmente reconhecer o caráter não-universal da história (e poderíamos acrescentar, da ciência) europeia não restitui, automaticamente, uma história (ou ciência) própria aos povos colonizados – isto exigiria todo um trabalho de (re)construção tanto acadêmico quanto político.

Num sentido parecido, Anderson, ao tentar compatibilizar os argumentos de Latour com uma leitura do pós-colonial similar à das modernidades múltiplas, se pergunta se a “interrogation of the “centre” along with the “periphery” is, perhaps, what Latour really meant when he argued that anthropology should come home from the tropics” (Anderson, 2002: 652). É decerto possível argumentar que, ao notar a

incongruência no fato de que ao fazer trabalho de campo em outro lugar (i.e., nas periferias) os antropólogos estudam instituições centrais e a sociedade como um todo, enquanto em casa (i.e., no centro), eles se limitam ao estudo de fenômenos periféricos e parciais, Latour (1993) estaria desafiando o viés colonialista e etnocêntrico da antropologia clássica. Mas mesmo se esta fosse sua intenção – e tendo em mente a base eminentemente epistemológica do seu argumento –, o fato metodológico da simetria não é, por si só, capaz de apagar o fato empírico da assimetria.

Quando a perifericidade no sentido geopolítico/histórico é trazida para a discussão sobre escalas e centros de cálculo, os argumentos de Latour podem ser complicados em sentidos ainda mais desafiadores. Inspirado em Pratt (2009), por exemplo, Henrique Cukierman (2009) apontou que o conceito de móveis imutáveis de Latour, ainda que seja um “brilliant conceptual instrument for understanding scientific travels”, “interdicts the possibility of examining in detail the colonial encounter itself, that is, the contact zone” (17). Ele nota que a preocupação de Latour é menos com o encontro com o “outro” do que com a *viagem de volta* para os centros de cálculo. Essa suposição obscureceria o que acontece durante a viagem em si – ou seja, “what happens for the first time, to say, what happens within the colonial encounter full of hesitations, perplexities, cultural diversity and a lot of ignorance” (17); nos termos de Walter D. Mignolo (2000), ela obscurece a “colonial difference”.

Finalmente, comentando sobre outro desdobramento do argumento de Latour, Harding (2009: 42-3) enfatizou como sua poderosa crítica à ciência não encontra equivalente em sua crítica à política e ao “social”. Ao negligenciar a conexão evidente entre ciência e império na conformação dos “centros de cálculo”, Latour encarnaria uma concepção “achatada” de filosofia política e democrática – desinteressada, por exemplo, por qualquer tipo de política do reconhecimento ou política da diferença.

Embora eu concorde com o diagnóstico de Harding, é provavelmente por outras razões: a meu ver, uma melhor compreensão da teoria política e democrática não necessariamente levaria a uma melhor crítica (pós-colonial) da política e da sociedade. Em todo caso, a assimetria apontada por esta autora é interessante porque alguns dos críticos pós-coloniais da ANT têm feito exatamente o oposto. Em sua análise dos materiais da Guiana Francesa, por exemplo, Redfield (2002) teve o cuidado de notar que a “[Guyanese] society’ is not a singular form, commonly opposed to nature, but rather an unevenly multiple field of tension” (812-3). Entretanto, esta avaliação não foi

acompanhada de uma problematização equivalente da própria “natureza” em termos das perspectivas locais (apenas em termos do seu lugar no discurso imperial). Em outras palavras, enquanto uma falta de atenção ao insight pós-colonial pode levar a uma crítica pobre da “sociedade”, um excesso dela pode levar a uma crítica igualmente pobre da “natureza”.

A discussão sobre escalas e simetria acaba chegando, portanto, a um dos grandes binarismos orientadores da antropologia da tecno-ciência, que também tem sido evocado, embora com menor frequência e em sentidos diferentes, na crítica pós-colonial: o divisor natureza-cultura.

Divisores

Desde minha primeira leitura de *Jamais Fomos Modernos*, a hierarquia entre os dois Grandes Divisores modernos fixada por Latour naquele livro me pareceu pouco convincente, embora eu ainda esteja tentando entender exatamente por quê. Em um dos argumentos centrais do livro, Latour (1993) havia colocado aquele que ele chama do “grande divisor interno” (Natureza/Cultura) como sendo anterior – num sentido tanto epistemológico quanto, poder-se-ia presumir, cronológico – à sua contrapartida “externa” (isto é, o divisor Nós/Eles). Em outras palavras, para ele foi a separação moderna entre natureza e cultura que, antes de tudo, permitiu aos europeus classificarem os “outros” como inferiores: presos à “tradição” e às “crenças”, e portanto desprovidos de “ciência” – a verdadeira, e única, via de acesso a *um* só mundo real, apenas conhecível pelos modernos. Parte da literatura histórica sobre ciência e império parece de fato sustentar este argumento, ao notar por exemplo que “the achievements of science were acquiring a unique ability to confer superiority on Europeans (in their own eyes) as they encountered other peoples” (Delbourgo e Dew, 2008: 15).

Por outro lado, a literatura histórica de modo mais amplo também sugere uma inversão do problema: já não havia um pressuposto de superioridade operando durante os encontros dos europeus com outros nas vésperas da chamada Revolução Científica (cujos inícios são convencionalmente associados a meados do século XVI)? A natureza precisa dessa presunção de superioridade (racial, religiosa, política, militar) é, sem dúvida, altamente complexa, e parece não admitir uma só resposta – mesmo porque, naquele momento, a própria divisão do mundo em esferas sociais, no sentido weberiano,

não havia assumido o sentido moderno que passou a ter após o advento dos estados nacionais na Europa (ex., Mignolo 2002). Em todo caso, a unidirecionalidade desta suposta hierarquia entre os dois grandes divisores pode ser facilmente complicada quando se assume uma perspectiva histórica que não seja exclusivamente “intra-europeia”, como a de Latour.

Este é o caso, por exemplo, quando se reconhece que no final do século quinze, quando começou a conquista do Novo Mundo, a própria modernidade ocidental ainda estava sendo gestada. Naquela época, e ainda durante um bom tempo, os europeus estavam muito mais próximos de sensibilidades que chamaríamos de “medievais” do que daquelas da “Constituição moderna” descrita por Latour (1993). Embora ele não deixe de reconhecer a gradualidade do processo que culminou na emergência e hegemonia global da modernidade, deve-se ter em mente que a estória de Hobbes-Boyle contada por Shapin e Shaffer (1985) se passa já num avançado século dezessete. Tudo indica, portanto, que foi o divisor externo que precedeu o interno; no mínimo, ambos emergiram simultaneamente. Este é o ponto que tem buscado avançar, por exemplo, boa parte do pensamento pós-colonial latino-americano (Escobar 2007; Moraña et al., 2008): modernidade e colonialidade emergiram de modo simultâneo e articulado. Neste sentido, o problema estaria na insistência de Latour em fixar uma hierarquia entre os dois grandes divisores.

Representação

Em seus apontamentos sobre as limitações da teoria do ator-rede, Harding (2009) elencou o “principled non-engagement” (36) de Latour com políticas de identidade do tipo daquelas avançadas por movimentos baseados em reivindicações de gênero, sexualidade, raça, etnia, etc. Seu alvo favorito é a proposta constitucional avançada na segunda metade do *Políticas da Natureza* (Latour 2004) – um alvo pouco surpreendente, e talvez fácil demais.⁷ Em todo caso, o ponto de Harding leva a um

⁷ Na frágil proposta normativa para uma “nova Constituição” avançada em *Políticas da Natureza* (Cesarino, 2006), as limitações de Latour neste ponto praticamente falam por si mesmas – por exemplo, quando ele afirma que coletivos que “already know, have always already known, of what they are composed [...] whether in the left or right, whether based on racial identity, the nature of things, humanism, or the arbitrariness of the sign, do not belong to the realm of political ecology. [...] Their metaphysics is not experimental, but identity-based. We are only interested here in the collectives whose composition is going to be modified with each interaction” (Latour *apud* Harding, 2009: 36-7). Isto ecoa uma outra negligência da ANT, com relação à questão da subjetificação entendida para além do binarismo sujeito-objeto. Aqui, novamente, talvez intervenha o princípio da simetria: é como se, para

terceiro modo saliente de (des)engajamento entre a ANT e a crítica pós-colonial: a questão da representação.

Cori Hayden (2005) discutiu esta interseção frontalmente, em termos das “representational capacities of knowledge” (187) implicadas em projetos de bioprospecção vegetal no México. As literaturas em STS e estudos pós-coloniais têm seus próprios entendimentos sobre o problema da representação – associados, talvez de modo mais conhecido, com a noção latourniana de “porta-voz” (ex., em Latour 2004) por um lado, e a discussão de Gayatri Spivak (1988) em “Can the Subaltern Speak?”, por outro.⁸ A avaliação de Hayden é que essas duas propostas críticas para a recomposição do laço entre “speaking of” (falar de, sobre) e “speaking for” (falar por, em nome de) constituem “two fundamentally distinct, if not opposing, ways of thinking about the political / social / epistemological work that knowledge does. ‘It’ (knowledge) includes, and shores up; it elides, and does violence” (188).

Hayden também aponta para outro possível eixo de (des)engajamento ao mencionar o trabalho de apagamento, invisibilização, obscurecimento, envolvido na produção dos fatos científicos e de relações pós-coloniais. Trata-se de outra noção, intimamente ligada à de representação, que também perpassa as duas literaturas. Em *Jamais Fomos Modernos*, por exemplo, o apagamento está no cerne do conceito-chave da “purificação” – é apagando as redes e seus híbridos que a ciência (e de modo mais geral, a modernidade) leva a cabo, e legitima, suas pretensões de universalismo. Por outro lado, o apagamento de modos de vida subalternos através de sua subsunção no registro histórico pretensamente universalista da historiografia europeia também é central a propostas como a de Chakrabarty (2000), e à questão da subalternização do conhecimento de modo geral.

Mas embora o apagamento de certas histórias e relações seja, em ambos os casos, uma operação central para o estabelecimento e perpetuação das hegemonias modernas, o contraste em termos de positividade e violência avançado por Hayden com relação à noção de representação também é pertinente aqui. Este contraste também poderia ser entendido em termos da prevalência de um ou outro dos dois grandes divisores: enquanto Latour deriva uma crítica ao eurocentrismo da desestabilização

conseguir operacionalizá-lo, os não-humanos foram “esquentados” enquanto os humanos tiveram que ser “esfriados” e despidos de qualquer profundidade subjetiva.

⁸ Há, obviamente, toda uma série de precursores da questão pós-colonial da representação e da (im)possibilidade da voz subalterna – que um clássico do campo como Edward Said (2007) associou, por exemplo, com a célebre passagem de Marx sobre os camponeses franceses no *18 Brumário de Luís Bonaparte*: “eles não podem representar-se; devem ser representados”.

“interna” da partilha natureza-cultura (ao mesmo tempo em que re-horizontaliza modernos e não-modernos através do princípio da simetria), a crítica pós-colonial desestabiliza as reivindicações de universalidade da ciência moderna a partir do ponto de vista da subalternização de conhecimentos alternativos (ao mesmo tempo em que reinscreve a diferença através do trabalho contra-hegemônico da descolonização do pensamento).

Deve-se notar, antes de concluirmos, que estas e outras tentativas de engajar a ANT e a crítica pós-colonial não parecem ser compartilhadas pelo próprio Latour. Sobre este ponto, Harding notou que “because these limitations are grounded in some of his fundamental assumptions and commitments – they are not accidental – one can wonder if Latour would ever be willing to engage with them” (2009: 36). Eu diria que ela provavelmente está certa. Não obstante, as teorias viajam e são “traduzidas” – é possível e desejável que as teorias metropolitanas sejam refratadas ou mesmo provincializadas a partir de preocupações diferentes daquelas que ocuparam Latour e outros durante o processo da sua formulação.

Pode ser produtivo, a esta altura, evocar a proposta de Haraway (1988) sobre o caráter situado do conhecimento conjuntamente com outro uso do mesmo termo no campo da crítica pós-colonial: a noção de “pós-colonialismo situado” avançada por Boaventura de Sousa Santos em sua contraposição entre o espaço-tempo do (pós)colonialismo português e as experiências coloniais canônicas às quais se dirigiram Fanon, Said ou os *subaltern studies* (quais sejam, a britânica e a francesa). Naquela ocasião, ele escreveu que isto envolveria

a careful historical and comparative analyses of the different colonialisms and their aftermaths. [...] Failing this historic and comparative specification, postcolonialism would be one more form of cultural imperialism, a particularly insidious one at that because credibly anti-imperialist’ (: 20).

Nos termos da discussão proposta neste ensaio, isso significa que qualquer abordagem pós-colonial para a ciência demandaria cuidadoso enraizamento histórico e etnográfico, bem como maior clareza sobre o que significa fazer uma crítica pós-colonial em cada caso. Isso implicaria não rejeitar, mas incorporar a teoria em STS como parte de um exercício de “border-thinking” – para usar novamente um termo de Mignolo (2000) – que envolve também outras formas de pensar e conhecer, inclusive por parte dos nossos interlocutores de campo.

Conclusão

As limitações de parte da produção teórica nos *science and technology studies*, epitomizada aqui pela versão latourniana da teoria do ator-rede, com relação a questões envolvendo relações de poder e densidade histórica são bastante evocativas do profundo fosso que separa este campo dos estudos pós-coloniais. Afinal, poder e história estão no cerne mesmo da perspectiva pós-colonial, desde seus pioneiros (Fanon 2008; Said 2007) e também em precursores como Marx, Gramsci ou Foucault. É possível transpor esta distância sem perda de coerência teórica?

Difícil dizer. Em todo caso, tem havido tentativas neste sentido, e a breve revisão da literatura que empreendi aqui mostra que, ainda que pareça ser possível lançar pontes a partir de alguns pontos paralelos em cada margem, há ainda um longo caminho a percorrer. À guisa de conclusão, identifiquei duas assimetrias frequentes nos estudos pós-coloniais da ciência e tecnologia que, a meu ver, têm dificultado um diálogo mais consistente e produtivo entre os dois campos.

Por um lado, observa-se uma assimetria teórica, onde os autores costumam colocar acento ou num, ou noutro lado da interface STS/pós-colonial – sua contrapartida figurando apenas de modo tangencial, acessório ou mesmo cosmético e retórico. Como notei acima, um dos efeitos de se dar pouca densidade ao lado pós-colonial pode ser uma crítica pobre do divisor nós-eles, e um dos efeitos de se dar pouca densidade ao lado dos STS pode ser, inversamente, uma crítica pobre da partilha natureza-sociedade. Antes de colocar as duas literaturas em diálogo é preciso, portanto, um conhecimento (especialmente teórico) minimamente aprofundado de ambas – não apenas nos termos dos estudos contemporâneos, mas especialmente da tradição de problemas e abordagens que conformaram os respectivos campos. É, afinal, neste nível mais profundo que estão fincadas as raízes das divergências entre eles.

Finalmente, é possível notar uma outra assimetria que eu colocaria como intervindo entre teoria e campo: ou seja, entre a intenção político-provincializante típica da inflexão pós-colonial e o comprometimento teórico-universalizante mais frequente nos STS. Essa assimetria se reflete – o que é importante no caso da antropologia – no grau diferenciado com que os pesquisadores têm incorporado as preocupações dos seus “nativos” na produção do conhecimento acadêmico. Não basta denunciar retoricamente o caráter “provincial” da teoria em STS; a provincialização sempre parte de algum lugar

(histórico / político), a partir do qual se tensiona a teoria política e epistemologicamente – por exemplo, através da experiência de campo ou de vida do próprio autor.

Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Basalla, George. 1967. “The Spread of Western Science” *Science* 156: 611-622

Bloor, David. 1991. *Knowledge and Social Imagery*. University of Chicago Press.

Carney, Judith. 2001. *Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Cesarino, Letícia. 2012. “Brazilian Post-Coloniality and South-South Cooperation: a View from Anthropology” *Portuguese Cultural Studies* 4 : 85-113.

Chakrabarty, Dipesh. 2000. *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press.

Chambers, David W. e Richard Gillespie. 2000. “Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge” *Osiris* 15: 221-40.

Cohen, Lawrence. 1994. “Whodunit? Violence and the Myth of Fingerprints: Comment on Harding” *Configurations* 2.2: 343-347.

Cukierman, Henrique. 2009. “History of Science in Brazil: the Case of Manguinhos Institute” *2009 Meeting of the Latin American Studies Association*, June 11-14, Rio de Janeiro, Brazil.

Da Costa Marques, Ivan. 2005. “Cloning Computers: from Rights of Possession to Rights of Creation” *Science as Culture* 14(2): 139-160.

Delbourgo, James e Nicholas Dew (eds.). 2008. *Science and Empire in the Atlantic World*, New York, Routledge.

Eisenstadt, Shmuel. *Multiple Modernities* New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2002

Escobar, Arturo. 2007. “Worlds and Knowledges Otherwise: the Latin American Modernity-Coloniality Research Program” *Cultural Studies* 21(2-3): 179-210.

Fanon, Frantz. 2008. *Peles Negras, Máscaras Brancas*, Salvador: EdUFBA.

Haraway, Donna. 1988. *Feminist Studies* 14(3): 575-99.

Haraway, Donna. 1989. *Primate Visions. Gender, Race and Nature in the World of Modern Science* New York: Routledge.

Harding, Sandra. 1986. *The Science Question in Feminism*, Cornell.

Harding, Sandra. 1994. “Is Science Multicultural? Challenges, Resources, Opportunities, Uncertainties” and “Response to Farquhar, Cohen and Kuriyama” *Configurations* 2.2: 301-330, 349-352.

- Harding, Sandra. 1998. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*, Indiana University Press.
- Harding, Sandra. 2009. *Sciences From Below: Postcolonialisms, Feminisms, Modernities*, Duke University Press.
- Hayden, Cori. 2003. *When Nature Goes Public. The Making and Unmaking of Bioprospecting in Mexico*, Princeton University Press.
- Hayden, Cori. 2005. Bioprospecting's Representational Dilemma *Science as Culture* 14(2): 185-200.
- Hess, David. 1995. *Science in a Multicultural World*. Columbia University Press.
- Latour, Bruno e Woolgar, Steve. 1986. *Laboratory Life. The Construction of Scientific Facts*. Princeton University Press.
- Latour, Bruno. 1987. *Science in Action. How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Harvard University Press.
- Latour, Bruno. 1993. *Jamais Fomos Modernos*, Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Latour, Bruno. 2004. *Políticas da Natureza*. Bauru: Edusc.
- Mignolo, Walter. 2000. *Local Histories / Global Designs*. Princeton University Press.
- Osborne, Michael. 1999. "Introduction: The Social History of Science, Technoscience and Imperialism" *Science Technology & Society* 4(2): 162-170.
- Moraña, Mabel, Enrique Dussel & Carlos Jáuregui (eds.). 2008. *Coloniality at Large. Latin America and the Postcolonial Debate*. Duke University Press.
- Povinelli, Elizabeth. 2002. *The Cunning of Recognition*.
- Pratt, Mary-Louise. 2009. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, 2nd ed., Routledge.
- Said, Edward. 2007. *Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente*. Companhia de Bolso.
- Santos, Boaventura de Souza. 2002. "Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity" *Luso-Brazilian Review* 39(2): 9: 43.
- Spivak, Gayatri. 1988. "Can the Subaltern Speak?" in *Marxism and the Interpretation of Culture*. Eds. Cary Nelson and Lawrence Grossberg. Urbana, IL: University of Illinois Press, 271-313.
- Stepan, Nancy Leis. 1991. *The Hour of Eugenics. Race, Gender and Nation in Latin America*. Cornell U. Press.
- Stepan, Nancy Leis. 2001. *Picturing Tropical Nature*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Strathern, Marylin. 1996. Cutting the Network. *The Journal of the Royal Anthropological Institute* 2(3): 517-535.